

MUDANÇAS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE PORTO ALEGRE: IMPACTOS NA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

Guilherme Bardemaker Bernardi^{1,2}

bernardi.esef@gmail.com

Carlos Alberto Perdomo Fazenda Júnior^{1,2}

juniorfazenda@gmail.com

¹Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

²Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre (RMEPOA)

RESUMO

Este trabalho analisa as políticas neoliberais e o impacto no trabalho docente de professores de Educação Física, a partir das mudanças na estruturação da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre (RMEPOA). Através de elementos da pesquisa qualitativa, como observação e diálogo com professores, compreendemos que as atuais políticas vêm dificultando a organização do trabalho pedagógico, o planejamento e a reflexão sobre a prática, bem como afetando a saúde dos educadores.

PALAVRAS-CHAVE

Neoliberalismo; Trabalho docente; Educação Física Escolar

INTRODUÇÃO

Este trabalho é recorte de uma tese de doutorado e teve por objetivo analisar o impacto das políticas públicas municipais da atual gestão (2017-2020) e das mudanças na estruturação da RMEPOA no trabalho docente em duas escolas municipais de Porto Alegre. A partir da pesquisa narrativa, o campo foi composto por observação participante em aulas e no cotidiano escolar, e eventos relacionados ao sindicalismo municipal, como assembleias e atividades das greves de municipais, bem como conversas informais com colaboradores, anotadas em diário de campo.



A RMEPOA: UM BREVE HISTÓRICO

A proposta Escola Cidadã é um exemplo de experiência na perspectiva da educação popular, implementada à época pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e aliados, como uma alternativa de exercício de democracia participativa dentro de um período de avanços neoliberais na década de 1990 (AZEVEDO, 2000). A proposta do ensino por ciclos foi sistematizada no chamado “Caderno Pedagógico n. 9”, no qual constam seus princípios teóricos e sua forma de organização curricular, fruto de um amplo debate ocorrido em meados da década de 90, e que resultou na proposta pedagógica que serviu de subsídio para a implementação do projeto “Escola Cidadã”.

Com o tempo, elementos da proposta foram fazendo sentido, como as novas formas avaliativas (PEREIRA, 2004), a necessidade de um trabalho coletivo e interdisciplinar (WITTIZORECK, 2009), bem como pontos considerados avanços, como a destinação de horas para planejamento, reunião pedagógica, e a constituição do plano de carreira (SANTINI, 2004).

Depois de 16 anos de governos do PT, as gestões seguintes, apesar de terem garantido a permanência do ensino ciclado, desinvestiram nas formações docentes e optou por alocar mais estudantes em escolas já existentes ao invés de construir novas escolas. Estas duas medidas, somadas à diminuição dos recursos da mantenedora, resultaram em uma desmotivação por parte dos professores, e na dificuldade em se realizar o trabalho docente de acordo com os conceitos dos ciclos de formação (FAZENDA JUNIOR, 2016).

DA ESCOLA CIDADÃ À AMPLIAÇÃO DA LÓGICA NEOLIBERAL - O GOVERNO MARCHEZAN JR. (2017-2020)

Desde 2017, quando inicia o mandato de Nelson Marchezan Jr. do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), há um avanço de políticas neoliberais, tanto para o âmbito do funcionalismo quanto da organização das políticas educacionais. Do ponto de vista do funcionalismo, o governo iniciou sua gestão com parcelamento de salários, iniciado em junho de 2017 até dezembro e que se repetiu entre julho e dezembro de 2018.

A partir de Apple (2003), é possível identificar elementos que configuram o atual governo como sendo balizado a partir da “aliança direitista”, que reivindica o mercado competitivo como solução para tudo. Apple (2003) aponta que o enfoque na mercantilização da vida e da educação necessita de um Estado forte e repressivo para manter o Estado Mínimo, característico da agenda neoliberal, que define a escola pública como muito dispendiosa para o Estado e ineficiente, bem como seus servidores e sindicatos.

Como exemplo, o parecer do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS) intitulado “Avaliação da Eficiência e Eficácia da Rede Municipal de Ensino Fundamental de Porto Alegre” (RIO GRANDE DO SUL, 2016), considera baixa a qualidade da educação da cidade levando em conta a remuneração e qualificação do quadro docente, bem como as verbas destinadas às escolas, a qual consideram, desta forma, “caras e ineficientes”. Para a Secretaria Municipal de Educação (SMED), servirá como mais um subsídio para as mudanças que estão em curso na RMEPOA (PORTO ALEGRE, 2017a).

Sobre a carreira dos servidores, a gestão municipal, além de não conceder reposição da inflação nem reajuste salarial, propôs uma série de projetos de lei para a Câmara dos Vereadores a fim de alterar o plano de carreira dos municipais/as. Tais medidas desencadearam nos anos de 2017 e 2018 as duas maiores greves da história do funcionalismo municipal de Porto Alegre. Entretanto, com uma articulação profunda na Câmara de Vereadores, fora aprovado em março de 2019 alterações profundas no plano de carreira dos servidores, sob o pretexto de combater privilégios. Segundo o SIMPA (Sindicato dos Municipários de Porto Alegre), as mudanças¹ gerarão em longo prazo perdas salariais de até 40%.



¹ <https://simpa.org.br/veja-quais-sao-as-mudancas-resultantes-da-aprovacao-do-plce-021-19/>



No dia após a aprovação dos projetos, o clima em uma das escolas observadas era de “velório” e alguns professores comentavam, inclusive, possibilidades de buscarem outra fonte de renda para superar as perdas salariais. Outros demonstrando remorso por não terem aceitado convites para permanecer em escolas particulares para se dedicarem à carreira na escola pública, que agora entendiam não ser mais tão vantajosa (DIÁRIO DE CAMPO, Abril/2019).

Além disso, em fevereiro de 2017, o governo promoveu alterações na estrutura da RMEPOA. O decreto nº 19.685/2017 revogou o Decreto nº 14.521, de 1º de abril de 2004, que regulamentava o art. 29 da Lei Municipal nº 6.151, de 13 de julho de 1988, o qual dispõe sobre o regime normal de trabalho do Magistério Municipal. Neste decreto, consideravam-se as horas-aula, as horas-atividade, o regime de trabalho e as atividades de planejamento.

A Portaria 135/2017 (PORTO ALEGRE, 2017b) estabeleceu novas diretrizes, sendo as mais sentidas pelos docentes o fim das reuniões pedagógicas semanais que ocorriam todas as quintas-feiras e a obrigatoriedade de cumprimento da hora-atividade no local de trabalho. Percebemos, a partir de conversas informais dos professores o quanto tais mudanças estavam impactando no seu trabalho docente e também na saúde dos professores, como o caso de uma colaboradora que dizia sentir que a rede municipal, tão boa na época que ela havia entrado, há alguns anos, estava abandonada, não valorizava mais os professores. “Em um determinado momento chegou a se emocionar e disse que pararia de falar pois iria chorar” (DIÁRIO DE CAMPO, 5/10/2018). Segundo uma diretora, houve aumento dos afastamentos de licença-saúde, situação que acaba agravando o problema da falta de professores, pois afeta a organização dos horários das aulas.

Com a obrigatoriedade do cumprimento da hora-atividade na escola, exceto para professores que tivessem 40h de sala de aula na mesma escola, criou-se um desconforto entre os docentes, pelo fato de que alguns professores teriam direito a um turno de planejamento fora da escola (HAFE), e os demais apenas dentro da escola (HADE). Em conversa informal com uma das diretoras da ATEMPA (Associação dos Trabalhadores em Educação do Município de Porto Alegre). Em seu relato, ela disse que isso a fazia se considerar muitas vezes uma “professora de segunda classe”, e que as escolas não dispunham de infraestrutura para que os professores pudessem planejar com qualidade seu trabalho (Diário de campo, Abril/2018). Em nota, a ATEMPA afirmou que

[...] planejar implica em estudar, pesquisar, selecionar materiais, muitas vezes assistir filmes, produção de conteúdo audiovisual, texto entre outras exigências de reflexão e criação. Insistimos que o momento de planejar requer uma série de elementos, incluindo a presença em diferentes espaços de interação que não são possíveis de acontecer dentro do local destinado aos professores(as), nos seus “intervalos” de aulas dentro da escola”. (ATEMPA, 2018, p.2)

Além disso, com o fim da reunião pedagógica semanal que havia nas escolas da RMEPOA, os relatos, tanto dos docentes quanto das direções das escolas sinalizam que tal medida distanciou os docentes uns dos outros, fez com que situações do cotidiano escolar não fossem resolvidas prontamente pela impossibilidade de um diálogo efetivo entre corpo docente e coordenações pedagógicas. A estratégia utilizada em uma das escolas foi realizar reuniões emergenciais no intervalo entre os turnos. Num dos raros espaços de discussão, em um sábado pela manhã, uma frase da diretora nos chamou a atenção: “estava com saudade disso, nem me lembro quando tinha sido a última vez que sentamos juntos para discutir os problemas da escola” (DIÁRIO DE CAMPO, Out/2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto até então, é possível compreender que as políticas atuais vêm dificultando a organização do trabalho pedagógico. Afeta a autonomia docente, na medida em que os docentes têm tido poucos espaços de diálogo para um planejamento coletivo. As medidas tomadas vêm aumentando o adoecimento dos docentes no trabalho, além do fato de que o desmantelamento do plano de carreira favorece um desinvestimento da carreira docente. A partir desse momento é necessário continuar compreendendo não só os limites, mas as possibilidades de atuação neste contexto político e educacional.



CHANGES IN THE MUNICIPAL EDUCATION NETWORK OF PORTO ALEGRE: IMPACTS IN THE ORGANIZATION OF TEACHING WORK

ABSTRACT

This paper analyzes neoliberal policies and the impact on the teaching work of physical education teachers, based on the changes in the structuring of the Porto Alegre Municipal Education Network (RMEPOA). Through elements of qualitative research, such as observation and dialogue with teachers, we understand that current policies have made it difficult to organize pedagogical work, planning and reflection on practice, as well as affecting the health of educators.

KEYWORDS: *Neoliberalism; Teaching work; Physical School Education.*

CAMBIOS EN LA RED MUNICIPAL DE ENSEÑANZA DE PORTO ALEGRE: IMPACTOS EN LA ORGANIZACIÓN DEL TRABAJO DOCENTE

Este trabajo analiza las políticas neoliberales y el impacto en el trabajo docente de profesores de educación física, a partir de los cambios en la estructuración de la red municipal de enseñanza de porto alegre (RMEPOA). A través de elementos de la investigación cualitativa, como observación y diálogo con profesores, comprendemos que las actuales políticas vienen dificultando la organización del trabajo pedagógico, la planificación y la reflexión sobre la práctica, así como afectando la salud de los educadores.

PALABRAS CLAVES: *Neoliberalismo; Trabajo Docente; Educación Física Escolar.*

REFERÊNCIAS

- APPLE, M. *Educando à direita: mercados, padrões, Deus e desigualdade*. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 2003. Biblioteca Freireana, v. 5
- ATEMPA. Ofício nº 031/2018. À Secretaria Municipal de Educação. Porto Alegre, 2018.
- AZEVEDO, J. C. de. Escola Cidadã: Desafios, Diálogos e Travessias. In: AZEVEDO, J. C. de; GENTILI, P. et al. (org.). *Democracia e Utopia na Escola Cidadã*. Porto Alegre, UFRGS, 2000.
- FAZENDA JUNIOR, C. *Organização do conhecimento nas aulas de educação física em duas escolas da rede municipal de ensino de Porto Alegre*. Dissertação de mestrado em Ciências do Movimento Humano. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.
- PEREIRA, R. R. *A interdisciplinaridade na ação pedagógica do professor de Educação Física de Porto Alegre*. 2004. Dissertação (Mestrado). Escola de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
- PORTO ALEGRE. Relatório do TCE vai ao encontro das mudanças na Educação. Secretaria municipal de Educação. Disponível em <portoalegre.rs.gov.br>, acesso em: 31/05/2017. 2017a.
- PORTO ALEGRE. Secretaria Municipal de Educação. Portaria 135/2017. Estabelece diretriz para o Calendário Escolar da Rede Pública Municipal de Porto Alegre durante o ano letivo de 2017b.
- RIO GRANDE DO SUL. Avaliação da Eficiência e Eficácia da Rede Municipal de Ensino Fundamental de Porto Alegre. Tribunal de Contas do Estado do RS. 2016.
- SANTINI, J. *A síndrome do esgotamento profissional: o "abandono" da carreira docente pelos professores de Educação Física da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre*. 2004. Dissertação (Mestrado). Escola de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
- WITTIZORECKI, E. *Mudanças sociais e o trabalho docente do professorado de educação física na escola de ensino fundamental: um estudo na Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre*. 2009. Tese (Doutorado). Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

